



“Mortes que não importam”: a omissão do Estado e o uso político da dor animal no ativismo digital brasileiro

“Deaths That Do Not Matter”: State Omission and the Political Use of Animal Suffering in Brazilian Digital Activism

“Muertes que no importan”: la omisión del Estado y el uso político del dolor animal en el activismo digital brasileño

Danusa Balthazar de Andrade¹

 [0009-0001-5415-8992](https://orcid.org/0009-0001-5415-8992)

Maristela Carneiro²

 [0000-0002-6335-7379](https://orcid.org/0000-0002-6335-7379)

Resumo: Este artigo analisa a invisibilidade seletiva da morte animal no Brasil, articulando os conceitos de biopolítica e necropolítica para entender o ativismo digital. A hipótese é que a omissão estatal e a exibição de dor nas redes sociais criam um regime que privilegia certas vidas animais em detrimento de outros, reforçando hierarquias especistas. O estudo critica o modelo de proteção animal baseado na comoção e propõe uma ética pública multiespécie que reconheça a dignidade de toda forma de vida.

Palavras-chave: Morte Animal. Necropolítica. Ativismo Digital. Políticas Públicas. Ética Multiespécie.

Abstract: This article analyzes the selective invisibility of animal death in Brazil, articulating the concepts of biopolitics and necropolitics to understand digital activism. The hypothesis is that state omission and the display of pain on social media create a regime that privileges certain animal lives to the detriment of others, reinforcing speciesist hierarchies. The study criticizes the model of animal protection based on emotional appeal and proposes a public multispecies ethic that recognizes the dignity of all forms of life.

Keywords: Animal Death. Necropolitics. Digital Activism. Public Policies. Multispecies Ethics.

Resumen: Este artículo analiza la invisibilidad selectiva de la muerte animal en Brasil, articulando los conceptos de biopolítica y necropolítica para entender el activismo digital. La hipótesis es que la omisión estatal y la exhibición del dolor en las redes sociales crean un régimen que privilegia ciertas vidas animales en detrimento de otras, reforzando jerarquías especistas. El estudio critica el modelo de protección animal basado en la conmoción y propone una ética pública multiespecie que reconozca la dignidad de toda forma de vida.

Palabras clave: Muerte Animal. Necropolítica. Activismo Digital. Políticas Públicas. Ética Multiespecie.

¹ Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Professora do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG. Lattes: [3913495510916723](https://lattes.cnpq.br/3913495510916723) - E-mail: danusabdeandrade@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Professora Adjunta da Faculdade de Comunicação e Artes e Professora do Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea ambos da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Lattes: [8461204091007488](https://lattes.cnpq.br/8461204091007488) - E-mail: maristelacarneiro86@gmail.com.



Introdução

A morte é um fenômeno simultaneamente biológico, político e cultural, cujo tratamento pelas sociedades humanas revela os valores, exclusões e dispositivos de poder que sustentam sua organização. Na contemporaneidade, marcada pela hiperconectividade, pela espetacularização da vida e pela lógica algorítmica das redes sociais, a experiência da morte adquire contornos paradoxais: ao mesmo tempo em que é exibida e compartilhada, ela é seletivamente silenciada, naturalizada ou invisibilizada, sobretudo quando se trata da morte de corpos não humanos. Se, de um lado, determinadas vidas animais são celebradas, personalizadas e amplamente mobilizadas como fonte de comoção, de outro, a maioria permanece submetida à invisibilidade institucional e à exclusão simbólica, sem direito ao luto ou ao reconhecimento público de sua morte.

Essa disparidade se acentua no caso dos animais em situação de rua, abandonados ou vítimas da violência cotidiana, cujas mortes não despertam a mesma mobilização afetiva ou política conferida aos chamados “*pets influencers*”³ ou aos animais resgatados por figuras públicas. Tal assimetria reflete não apenas uma seletividade emocional nas redes sociais, mas a materialização de um regime necropolítico que define quais vidas merecem ser salvas, expostas ou pranteadas, e quais podem ser descartadas sem que se rompa o pacto social da indiferença.

Como formulado por Achille Mbembe (2016), o poder soberano contemporâneo se exerce pela administração da morte e essa administração, no caso dos animais, manifesta-se tanto na omissão do Estado quanto na estética seletiva da dor no ativismo em rede, que na verdade revela uma hierarquia entre vidas que merecem luto e outras tantas consideradas descartáveis ou invisíveis.

No Brasil, a falta persistente de políticas públicas eficazes para a proteção de diferentes espécies acaba legitimando práticas institucionais de extermínio, como a eutanásia em massa, o abandono autorizado por omissão do Estado e o confinamento de animais em espaços segregados tais como os Centros de Controle de Zoonoses⁴ e abrigos.

³ Termo utilizado para designar animais de estimação que possuem perfis com grande número de seguidores em redes sociais, gerenciados por seus tutores para fins de entretenimento e, frequentemente, publicidade.

⁴ Os Centros de Controle de Zoonoses são órgãos governamentais, geralmente ligados a Secretarias de Saúde, responsáveis pelo combate e controle de doenças transmitidas por animais (zoonoses), além de promover ações de bem estar animal e controle populacional de animais.



Embora a Lei nº 9.605/1998 preveja a punição por maus-tratos, o ordenamento jurídico brasileiro ainda carece de instrumentos eficazes para consolidar uma ética pública que reconheça os animais como sujeitos de valor próprio. Essa limitação revela que, em grande parte, a proteção legal ainda se fundamenta na empatia humana ou na semelhança com os humanos, e não no reconhecimento da dignidade inerente à vida animal. Essa ausência de normas e políticas eficazes se agrava diante de uma lógica biopolítica que conforme analisado por Foucault (1998) administra as populações com base em critérios de utilidade, risco e normatividade, transformando corpos considerados desviantes, improdutivos, sejam humanos sejam animais, em alvos de vigilância, controle ou exclusão.

Paralelamente, emerge nas redes sociais digitais um novo território discursivo onde a morte animal é performada, compartilhada e politizada. Instituições como o Instituto Luisa Mell⁵ e o Instituto Caramelo⁶ ocupam posição de destaque nesse cenário, produzindo narrativas de resgate, sofrimento e superação que mobilizam afetos, recursos financeiros e engajamento público. A dor torna-se, aqui, um capital simbólico e político, acionado por imagens, vídeos e relatos que, ao mesmo tempo em que denunciam o abandono, podem reproduzir lógicas espetaculares de exposição da vida precária. O luto, nesse contexto, é performado segundo gramáticas multimodais que articulam linguagem verbal, visual e afetiva, operando tanto como denúncia quanto como mercadoria emocional.

Diante desse cenário, este artigo propõe analisar como a cultura digital brasileira, articulada à omissão do Estado e às dinâmicas de visibilidade seletiva, estrutura um regime de mortes que não importam, particularmente no caso dos animais urbanos não tutelados. Partimos da hipótese de que a morte animal se constitui hoje como um campo de disputa simbólica, por meio do qual se entrecruzam o abandono institucional, a racionalidade especista e a instrumentalização da dor por discursos ativistas.

⁵ Fundado em 2015 pela ativista e apresentadora Luisa Mell, o instituto é uma Organização Não Governamental (ONG) que realiza ações destinadas à defesa dos direitos dos animais e ao combate aos maus-tratos, além de promover ações de conscientização da sociedade sobre a importância do respeito e da compaixão para com todas as espécies de animais, principalmente cães e gatos. Link de acesso ao site do instituto: <<https://institutoluisamell.com>>.

⁶ O Instituto Caramelo foi fundado em 2015, a partir da união de um grupo de pessoas em prol do propósito de cuidar bem e adotar bem cada animal. Atua principalmente no resgate de animais feridos ou em situação de risco, recuperação e adoção, mantendo um abrigo com cerca de 300 animais, entre cães e gatos, todos resgatados das ruas, onde são protegidos, tratados, alimentados e aguardam pela chance de serem adotados. Link de acesso ao site do Instituto Caramelo: <<https://institutocaramelo.org>>.



A abordagem é interdisciplinar, ancorada nos Estudos de Cultura Contemporânea, e mobiliza contribuições da filosofia política, da bioética, da comunicação digital e da teoria crítica. Para tanto, a análise incidirá sobre um *corpus* de publicações selecionadas dos perfis oficiais do Instituto Luísa Mell e do Instituto Caramelo em redes sociais, examinando as estratégias narrativas e visuais utilizadas na construção do sofrimento animal.

A estrutura do artigo se divide em seis tópicos. Iniciamos com a análise da morte animal na cultura da invisibilidade, destacando seus atravessamentos simbólicos e midiáticos. Em seguida, abordaremos os fundamentos teóricos da necropolítica e da biopolítica, aplicando-os ao contexto multiespécies e no terceiro tópico examinamos a atuação do Estado e as insuficiências das políticas públicas. Na sequência, discutimos o papel do ativismo digital na construção de narrativas de dor e engajamento e o quinto tópico tensiona os limites éticos do luto seletivo e da mobilização afetiva *online*. Por fim, apresentamos as considerações finais, propondo caminhos para o reconhecimento ético e jurídico das vidas não humanas no contexto brasileiro contemporâneo.

A morte animal e a cultura da invisibilidade

A morte, em sua materialidade e simbolismo, opera como um espelho dos regimes de valor que estruturam as sociedades humanas. Historicamente, a forma como uma cultura trata seus mortos ou os ignora revela as hierarquias morais, políticas e afetivas que sustentam suas práticas de exclusão e reconhecimento. Na modernidade ocidental, como analisa Philippe Ariès (2003), assiste-se a um processo de recuo da morte do espaço público, substituído por uma lógica de medicalização, ocultamento e racionalização do fim da vida. Esse movimento, que já atinge de forma desigual os humanos, é ainda mais acentuado no que diz respeito aos animais em abandono, cujas mortes são cotidianas, repetitivas e, sobretudo, desprovidas de valor simbólico.

Na cultura brasileira contemporânea, essa invisibilidade assume contornos estruturais, pois animais, abandonados ou vítimas de maus-tratos são relegados a uma zona de não reconhecimento, na qual suas mortes não provocam rituais, comoção pública ou políticas de luto. Diferente das mortes humanas, muitas vezes tematizadas e ritualizadas, a morte animal permanece na penumbra institucional e afetiva. A exceção a essa regra se dá nos casos em



que o animal é elevado à condição de *pet* tutelado, figura afetivamente valorizada no interior das famílias urbanas de classe média e alta.

Nesses casos, observa-se a emergência de rituais de despedida, homenagens *online* e serviços especializados de cremação e memorialização. Um exemplo emblemático é o da *pet* influencer “Estopinha”, cuja morte em 2023 gerou ampla cobertura midiática e uma cerimônia de despedida transmitida *online*, que chegou a ter quase 500 pessoas acompanhando simultaneamente. A comoção em torno do evento, com a produção de memoriais digitais e testemunhos públicos de luto, aprofunda a cisão entre vidas que importam e aquelas que permanecem desprovidas de reconhecimento.

Essa cisão está diretamente ligada à lógica do especismo, conceito teorizado por autores como Peter Singer (1998), que denuncia a atribuição de menor valor moral às vidas animais em razão de sua espécie. O especismo opera como regime normativo que estrutura tanto a indiferença quanto a violência cotidiana contra os animais, sustentando uma invisibilidade que não é acidental, mas politicamente produzida. Essa produção da invisibilidade articula-se, ainda, aos dispositivos de controle e exclusão descritos por Michel Foucault (1998), para quem as sociedades modernas passaram a gerir a vida por meio de tecnologias de biopoder, voltadas à regulação dos corpos e à administração das populações. No caso dos animais, essa gestão manifesta-se em políticas de controle populacional, confinamento, eutanásia e abandono tolerado, estratégias que, ao mesmo tempo em que evitam o enfrentamento do sofrimento animal, naturalizam sua morte como parte da paisagem urbana.

A cultura da invisibilidade da morte animal não se limita à esfera institucional, mas ela se reproduz nos discursos cotidianos, nos meios de comunicação e nas práticas de consumo, contribuindo para a formação de um imaginário no qual a vida não humana só adquire visibilidade quando pode ser estetizada, apropriada ou rentabilizada. Em contraste com essa invisibilidade estrutural, observamos o surgimento, nas últimas décadas, de espaços de resistência e de denúncia que buscam tornar visível o sofrimento animal.

No entanto, mesmo essas iniciativas encontram-se imersas em lógicas digitais que, muitas vezes, impõem uma economia do afeto, em que a dor precisa ser performada, visualmente potente e midiaticamente eficaz para gerar empatia e engajamento. A dificuldade em legitimar o luto pela perda de um animal de estimação no ambiente social, onde a dor é



frequentemente minimizada ou ridicularizada com frases como “mas era só um cachorro”, ilustra a marginalização desse sentimento e a pressão para silenciá-lo.

Nesse cenário, o luto animal torna-se não apenas raro, mas desigual. Judith Butler (2015) questiona quem tem direito ao luto e quais vidas são consideradas dignas de ser choradas; essa provocação aplicada ao contexto da morte animal evidencia como as redes de reconhecimento operam seletivamente, produzindo zonas de visibilidade e silenciamento conforme os critérios de espécie, aparência, vínculo afetivo e valor midiático. Assim, a morte de um cachorro atropelado em uma periferia dificilmente ocupará o mesmo espaço simbólico que a de um cão de raça com perfil popular no *Instagram*.

Essa assimetria, portanto, reitera o caráter político do luto, que deixa de ser uma resposta natural à perda e passa a constituir-se como um ato de reconhecimento social, atravessado por relações de poder, mídia e mercado.

Portanto, a cultura da invisibilidade da morte animal não é apenas um fenômeno de negligência afetiva, mas expressão de uma arquitetura ética, política e simbólica que hierarquiza as vidas e regula os modos de morrer. Tornar visível essa morte e as estratégias que a silenciam é um gesto não apenas analítico, mas profundamente político, que desafia o especismo estrutural e reivindica uma ética pública multiespécie capaz de reconhecer, proteger e lamentar as vidas que hoje morrem à margem da comoção social.

Necropolítica e biopolítica na gestão da vida animal

As formas de governar a vida e a morte não se restringem aos domínios tradicionais do poder estatal sobre os humanos, pois na contemporaneidade, o poder vai além e se estende e se refina em sua atuação sobre diferentes espécies, corpos e populações. O conceito de biopolítica, formulado por Michel Foucault, é central para compreender esse deslocamento. Para o autor, a modernidade marca uma transição do poder soberano, que se exercia pelo direito de matar, para um regime que passa a investir na gestão da vida. A biopolítica opera, portanto, como tecnologia de poder voltada à regulação dos corpos, à vigilância das populações e à administração dos riscos, tendo como princípio fundamental o “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 1998).

Embora Foucault não tenha se debruçado diretamente sobre as vidas não humanas, seus postulados foram posteriormente expandidos por autores que problematizaram a



extensão do biopoder ao campo da animalidade. Giorgio Agamben (2002), por exemplo, ao desenvolver a noção de “vida nua”, ou seja, aquela que pode ser morta sem que tal ato seja considerado homicídio, revelou como determinadas vidas são colocadas fora do escopo da proteção jurídica e simbólica, mesmo estando dentro da esfera do Estado. A vida animal, particularmente aquela dos animais urbanos abandonados, parece ocupar exatamente esse espaço: visível, porém não protegida; presente, porém politicamente desqualificada.

Esse campo de exclusão é aprofundado com o conceito de necropolítica proposto por Achille Mbembe (2016), que denuncia a forma como o poder contemporâneo decide quem pode viver e quem deve morrer. No paradigma necropolítico, o exercício do poder não se dá mais apenas pela administração da vida, mas pela legitimação da morte como ferramenta de governo. Aplicada ao contexto animal, essa lógica torna evidente o modo como o Estado e a sociedade naturalizam a eliminação de vidas consideradas indesejáveis, descartáveis ou inconvenientes.

As práticas de Centros de Controle de Zoonoses (CCZs) são um exemplo claro da operação do necropoder sobre os corpos animais. No caso de cães diagnosticados com Leishmaniose Visceral, por exemplo, o protocolo historicamente recomendado pelo Ministério da Saúde, apesar da existência de tratamentos que permitem o controle da doença, tem sido a eutanásia compulsória. Essa política pública, fundamentada em uma lógica sanitária, legitima o sacrifício sistemático como ferramenta de gestão populacional, exemplificando a operação do necropoder sobre os corpos animais.

A essa discussão soma-se a crítica zoopolítica, formulada por Matthew Calarco (2008), que questiona os limites do antropocentrismo político moderno. Para o autor, os animais não podem continuar a ser tratados como objetos passivos do poder humano, mas devem ser reconhecidos como sujeitos éticos e políticos, cujas vidas importam em si mesmas. A zoopolítica propõe uma reconfiguração radical da política, ampliando suas fronteiras para incluir as vidas não humanas dentro do campo de consideração moral e jurídica. Nesse sentido, o especismo enquanto ideologia que hierarquiza a vida com base na espécie opera como dispositivo que legitima tanto o biopoder quanto o necropoder exercido sobre os animais.

No contexto brasileiro, esse tipo de dominação manifesta-se por meio de políticas públicas que oscilam entre a negligência e a violência. Como demonstrou Souza & Shimizu



(2013), a ausência de uma bioética de proteção efetiva revela a fragilidade do compromisso estatal com o cuidado multiespécie. A falta de programas de esterilização em massa, a inexistência de abrigos públicos adequados, o abandono da população animal em zonas de vulnerabilidade e a prática da eutanásia como solução administrativa são expressões de uma racionalidade de governo que opera pela exclusão.

Os animais de rua, sobretudo em contextos urbanos periféricos, tornam-se, assim, alvos de uma necropolítica silenciosa, que administra a morte como solução para o descontrole populacional, sem promover ações preventivas, educativas ou de acolhimento real.

Portanto, o entrelaçamento entre biopolítica, necropolítica e zoopolítica revela que a gestão da vida animal no Brasil contemporâneo é marcada por uma lógica de governo que combina invisibilidade, controle e extermínio. Reconhecer essa articulação é fundamental para compreender as formas pelas quais a morte animal é normalizada, tanto pelas instituições quanto pelos discursos sociais, e para apontar caminhos que possam romper com a lógica do descarte e instaurar uma ética pública verdadeiramente multiespécie.

O Estado ausente: políticas públicas e a morte administrada dos animais

A morte de animais urbanos em situação de abandono no Brasil não decorre apenas de omissões circunstanciais, mas de um sistema estruturado de invisibilidade legal e negligência institucional. Embora a *Constituição Federal* de 1988, em seu artigo 225, §1º, inciso VII, estabeleça a obrigação do poder público em proteger a fauna e vedar práticas que submetam os animais à crueldade, a efetividade dessa norma é notoriamente precária. As políticas públicas destinadas à proteção animal, quando existem, são desarticuladas, subfinanciadas e orientadas por uma lógica de controle populacional e higienização dos espaços urbanos, mais do que por uma ética de cuidado e reconhecimento da vida não humana.

Essa falha estrutural se revela na ausência de políticas integradas de saúde pública, bem-estar animal e educação para a convivência multiespécie. Em vez de ações preventivas e estratégias de acolhimento, prevalecem soluções de curto prazo, como a eutanásia sistemática, a terceirização de serviços e a responsabilização individual de protetores e organizações da sociedade civil. Conforme análise de Moura (2024), essa lógica transfere ao cidadão comum a responsabilidade que deveria ser assumida pelo Estado, produzindo um



ciclo de sobrecarga e insuficiência no cuidado com os animais abandonados. Essa terceirização da proteção animal, que recai sobre instituições como ONGs e coletivos autônomos, é acompanhada de um discurso estatal que reconhece a importância do tema, mas esvazia sua materialização por meio de ausência de orçamento, planejamento e fiscalização. Como resultado, as organizações não governamentais operam em um cenário de superlotação e precariedade financeira, dependendo majoritariamente de doações para manter suas atividades.

A análise dos planos municipais de manejo populacional animal revelam a fragilidade técnica e política dessas medidas, pois, muitas dessas iniciativas sequer possuem dados concretos sobre a população animal local, dificultando o planejamento e a execução de ações consistentes. Além disso, os programas de castração, quando existentes, são frequentemente intermitentes e insuficientes. Um exemplo recorrente é a descontinuidade de serviços como os "castramóveis", que são paralisados ou extintos a cada mudança de gestão política, interrompendo o controle populacional e evidenciando a falta de políticas de Estado perenes. Nas periferias, onde a presença de animais em situação de rua é mais intensa, prevalece a atuação repressiva, com recolhimentos forçados e eutanásias que ignoram completamente a possibilidade de reabilitação, adoção ou reinserção.

Do ponto de vista jurídico, a legislação brasileira ainda carece de um marco normativo coerente e atualizado que reconheça os animais como sujeitos de interesse jurídico próprio, sencientes. Embora avanços tenham sido registrados com a aprovação da Lei n.º 14.064/2020, que aumentou a pena para crimes de maus-tratos contra cães e gatos, e existam propostas legislativas, como o Projeto de Lei do novo Código Civil, que buscam reconhecer formalmente essa senciência, o sistema jurídico ainda os trata majoritariamente como bens semoventes, reproduzindo o paradigma de dominação e utilitarismo herdado da tradição civilista. A jurisprudência sobre o tema, por sua vez, mostra-se oscilante e não uníssona; avanços em determinadas decisões são, por vezes, seguidos por posicionamentos regressivos em outras instâncias, gerando insegurança jurídica. A inexistência de um marco legal adequado para a proteção dos direitos dos animais e a vacilante jurisprudência resultam na limitação do alcance das políticas públicas, impedindo a construção de políticas centradas na dignidade animal e restringindo os mecanismos de responsabilização do Estado em caso de omissão ou violência institucionalizada.



Além disso, é importante observar como o discurso da saúde pública é mobilizado para legitimar práticas de eliminação como acima mencionado. A gestão de zoonoses, por exemplo, ainda é baseada em protocolos que priorizam o controle de doenças pela via da eliminação do animal suspeito em vez da adoção de práticas éticas e eficazes de monitoramento e tratamento. Essa racionalidade higienista, como denuncia Foucault (2008), sustenta-se na lógica biopolítica da normatização dos corpos e da eliminação dos desvios, sendo aplicada, no caso dos animais de rua, como justificativa para a manutenção da ordem urbana e da segurança sanitária, mesmo em detrimento da vida.

Portanto, o Estado brasileiro, ao negligenciar a formulação e implementação de políticas públicas efetivas para os animais em situação de abandono, contribui ativamente para a produção de um regime de morte administrada. Essa omissão não é neutra, mas orientada por uma matriz especista e utilitarista que legitima o descarte e impede a construção de uma política multiespécie de justiça e cuidado. Denunciar esse estado de coisas não significa apenas clamar por mais leis, mas por um redesenho profundo das formas como se concebe a vida animal no interior do pacto social e jurídico contemporâneo.

O ativismo digital e a performatividade da dor animal

Na ausência de políticas públicas eficazes e diante da negligência sistemática do Estado em relação à proteção animal, as redes sociais digitais emergem como espaços privilegiados de mobilização, denúncia e engajamento em torno da causa animal. Nelas, organizações não governamentais, coletivos independentes e figuras públicas atuam como agentes de visibilidade, trazendo à tona histórias de abandono, sofrimento e resgate de animais, especialmente cães e gatos. Essa mobilização, no entanto, não se dá de maneira neutra ou desinteressada; ela está atravessada por lógicas comunicacionais próprias da cibercultura e da economia da atenção, que privilegiam narrativas emocionalmente potentes, imagens chocantes e performances de dor capazes de sensibilizar e engajar audiências.

Instituições como o Instituto Luísa Mell e o Instituto Caramelo exemplificam essa dinâmica, como mencionado acima. Seus perfis em redes sociais, especialmente no *Instagram*, produzem conteúdos marcados por forte apelo visual, uso de linguagem afetiva e construção de narrativas centradas no sofrimento e na superação. O sofrimento animal, nesse contexto, torna-se um elemento mobilizador, cuja exposição repetida busca produzir



comoção, solidariedade e, muitas vezes, recursos financeiros. A estrutura narrativa de suas publicações frequentemente segue um padrão: a imagem inicial de um animal em estado de extrema vulnerabilidade (ferido, desnutrido, assustado) é acompanhada por um texto que descreve sua condição com adjetivos fortes e, em seguida, uma chamada para ação direta, como uma chave PIX (meio de transações financeiras instantâneo) para doações que custearão o tratamento. Essa construção, que contrapõe a imagem do animal resgatado à promessa de sua redenção, legitima tanto a ação da instituição quanto o engajamento do público.

Esse tipo de narrativa pode ser compreendido a partir do conceito de *performatividade do luto*, formulado por Judith Butler (2015), que analisa como o sofrimento, quando publicamente compartilhado, pode gerar reconhecimento, solidariedade e ação política. No entanto, a performatividade do luto nas redes não opera apenas como resistência, mas também como estratégia de visibilidade em um ambiente marcado por algoritmos, métricas e disputas por atenção. A dor animal, nesse contexto, é performada de forma multimodal, ou seja, por meio de fotos, vídeos, textos curtos, seguindo as lógicas do letramento multimodal descritas por Kress & Van Leeuwen (2006). Para esses autores, a comunicação contemporânea combina diferentes modos semióticos (visual, linguístico) para produzir sentidos e afetos, o que é central na eficácia dessas postagens.

Essa articulação entre sofrimento e engajamento não está isenta de tensões, pois por um lado, a visibilização da dor animal rompe com a invisibilidade institucional e mobiliza recursos importantes para o resgate e cuidado dos animais. Por outro, ela pode reproduzir uma estética do sofrimento, na qual a dor é convertida em capital simbólico e emocional, alimentando uma lógica de consumo afetivo. Como adverte Chouliaraki (2013), a exposição da dor alheia no espaço midiático tende a oscilar entre o ativismo e o espetáculo, entre a solidariedade empática e a dessensibilização pela repetição. No caso dos animais, essa oscilação é ainda mais delicada, pois envolve corpos que não podem verbalizar seu sofrimento, ficando à mercê das interpretações humanas e das narrativas que os representam.

Outro aspecto relevante é a seletividade desse engajamento. Nem todas as mortes animais ganham espaço nas redes, e nem todo sofrimento é igualmente capaz de gerar comoção. Animais de aparência mais próxima da idealização estética ocidental, filhotes, cães de raça, gatos com características “fofas”, tendem a ser mais representados. Isso se reflete na



grande quantidade de cães sem raça definida, os populares “caramelos”, que, apesar de numerosos em situação de vulnerabilidade, nem sempre geram o mesmo nível de mobilização midiática. Tal seletividade reproduz no espaço digital as hierarquias especistas da sociedade, reforçando a ideia de que algumas vidas são mais dignas de serem salvas. Um fenômeno frequentemente relatado por protetores em feiras de adoção é a maior dificuldade na doação de animais de cor preta ou sem raça definida, indicando como esses vieses estéticos se materializam em ações concretas.

Dessa forma, o ativismo digital animal, ainda que exerça um papel relevante na denúncia e no resgate de animais vulnerabilizados, opera sob os limites e contradições próprios da cultura digital contemporânea. A dor transforma-se em recurso discursivo e emocional, cuja performatividade precisa atender a padrões de visibilidade e estética para alcançar eficácia comunicativa. Essa ambivalência demanda uma análise crítica que ultrapasse a mera celebração da visibilidade, problematizando os efeitos simbólicos, políticos e éticos envolvidos na exposição do sofrimento animal nas redes. Torna-se, assim, fundamental refletir sobre os contornos éticos do engajamento digital, questão que será aprofundada no próximo tópico.

Entre sensibilização e seletividade: tensões éticas do engajamento digital

A visibilidade conferida às mortes e sofrimentos animais nas redes sociais, conforme analisado nas práticas do ativismo digital, não ocorre em um vácuo ético, muito pelo contrário, ela está condicionada por filtros de inteligibilidade cultural, estética e afetiva que determinam quem merece ser salvo, quem pode ser pranteado e, sobretudo, quem permanece invisível. Essa lógica, profundamente seletiva, encontra respaldo nas teorias de Judith Butler (2015), que questiona quais vidas são consideradas dignas de luto e quais são sumariamente excluídas do campo da empatia pública. Transposto para o campo da causa animal, esse questionamento revela como a mobilização afetiva nas redes é atravessada por um regime de reconhecimento que privilegia certos corpos em detrimento de outros.

As estratégias narrativas discutidas anteriormente — como o foco no “antes e depois” e a valorização de certas características estéticas — demonstram como, nas plataformas digitais, a comoção em torno da morte animal tende a se concentrar em narrativas que seguem determinadas fórmulas de sensibilização: imagens de sofrimento extremo seguidas de



histórias de superação, o chamado “antes x depois”, animais com características estéticas socialmente valorizadas, e enquadramentos discursivos que humanizam o animal resgatado, alguns com vozes de bebês fazendo a própria narrativa. Animais que escapam a esses enquadramentos, seja por sua aparência, idade, condição de saúde ou pela natureza de sua morte, dificilmente conquistam espaço nos algoritmos da empatia. Essa seletividade não apenas molda o engajamento do público, mas reitera as hierarquias especistas que operam socialmente, transformando o sofrimento em um capital emocional que nem todos os animais estão autorizados a possuir. A morte de certos animais mobiliza indignação e ações concretas; a de outros, sequer é noticiada.

Tal assimetria, como argumenta Donna Haraway (2008), desafia a construção de relações multiespécie baseadas em uma ética de responsabilização situada, que reconheça as complexidades da convivência. Essa ética é tensionada por uma cultura digital que privilegia narrativas simples e emocionalmente padronizadas. O ativismo digital, ao se estruturar em torno da visualidade, corre o risco de transformar o sofrimento em espetáculo, mesmo quando movido por intenções legítimas. A repetição de imagens de dor, como alerta Susan Sontag (2003), pode dessensibilizar o olhar e converter a tragédia em um consumo passivo de sofrimento alheio, corroendo sua potência ética e reduzindo a vítima à condição de imagem. No caso dos animais, cuja agência narrativa é sempre mediada por humanos, esse risco se amplifica.

A consequência dessa dinâmica é a constituição de um campo ético instável, em que o engajamento é regulado não apenas pela gravidade da situação, mas por sua capacidade de gerar afeto, e compartilhamento. Nesse campo, a dor é negociada por sua potência de mobilização, e o luto é performado segundo padrões que, muitas vezes, excluem as vidas menos “fotogênicas”, ou menos “úteis” à narrativa do resgate. Essa configuração desafia os fundamentos de uma ética pública multiespécie, exigindo novas formas de engajamento que reconheçam a dignidade das vidas não humanas para além de sua capacidade de comover ou atrair atenção.

Diante disso, torna-se urgente repensar os limites e possibilidades do ativismo digital na causa animal. A denúncia da morte, a exposição do sofrimento e a mobilização por meio da dor são ferramentas legítimas de resistência, mas precisam ser acompanhadas de uma crítica às formas como essas práticas podem reproduzir hierarquias, invisibilidades e



desigualdades. Isso implica não apenas ampliar os critérios de reconhecimento, mas também criar formas de luto e solidariedade que incluam as vidas que hoje morrem sem memória, sem nome e sem justiça. Uma política multiespécie verdadeiramente inclusiva começa por reconhecer que toda vida importa, ainda que a dor não viralize.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstrou como a morte de animais abandonados no Brasil é regulada por um regime de invisibilidade que combina omissão estatal com uma seletividade afetiva, analisada nas práticas do ativismo digital. A necropolítica, enquanto lógica de governo que decide quem deve morrer, manifesta-se sobre os corpos animais, legitimando o extermínio e a exclusão com base em critérios de espécie, estética e, como vimos, capacidade de gerar engajamento midiático.

Nesse contexto, o Estado brasileiro figura não apenas como agente ausente, mas como coautor de um sistema de morte administrada que naturaliza o descarte. A biopolítica, em sua dimensão multiespécie, permite compreender como o poder se organiza para gerir a vida e a morte animal por meio de dispositivos que oscilam entre a tutela e a eliminação.

As políticas públicas existentes, marcadas pela descontinuidade e ausência de orçamento, revelam a fragilidade da proteção animal como política de Estado, enquanto a ausência de um marco normativo que reconheça os animais como sujeitos de interesse jurídico autônomo perpetua sua subordinação. Em paralelo, a análise das redes sociais digitais revelou um espaço paradoxal. Se, por um lado, o ativismo rompe com a invisibilidade ao dar publicidade à dor, por outro, suas estratégias comunicacionais operam segundo lógicas de seletividade que condicionam o reconhecimento à capacidade de gerar comoção. A dor torna-se um recurso discursivo, e o luto, uma prática performada de acordo com critérios que nem sempre correspondem a uma ética do cuidado inclusiva.

A cultura brasileira atual, ao reiterar essas dinâmicas, confirma a persistência de um especismo estrutural. Enfrentar esse paradigma requer mais do que apelos emocionais: exige uma reconfiguração das categorias jurídicas, éticas e políticas que sustentam a distinção entre vidas que merecem ser protegidas e aquelas que podem ser descartadas sem luto.

Por fim, este artigo propõe que o enfrentamento da morte animal como questão pública deve articular três frentes: (1) a elaboração de políticas públicas multiespécie que



integrem saúde, educação e bem-estar animal em uma perspectiva intersetorial; (2) a construção de um marco normativo que reconheça os animais como sujeitos de direito, com base em uma bioética de proteção antiespecista; e (3) a crítica contínua às formas de representação da dor animal nas redes, conforme analisado neste estudo, em busca de práticas que sensibilizem sem espetacularizar e engajem sem hierarquizar. Só assim será possível construir um horizonte ético e político no qual nenhuma morte seja reduzida à indiferença.

Referências

Agamben, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

Ariès, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2003.

Brasil. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 13 fev. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm.

Brasil. **Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020**. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. Brasília: Diário Oficial da União, 30 set. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14064.htm.

Butler, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Calarco, Matthew. **Zoographies: the question of the animal from Heidegger to Derrida**. New York: Columbia University Press, 2008.

Chouliaraki, Lilie. **The Ironic Spectator: Solidarity in the Age of Post-Humanitarianism**. Cambridge: Polity, 2013.

Foucault, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13ª Ed. - Rio de Janeiro: Graal, 1998.

Foucault, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Haraway, Donna. **Manifesto das espécies companheiras: cães, pessoas e significados**. Lisboa: Antígona, 2008.



Kress, Gunther & Van Leeuwen, Theo. **Reading images:** the grammar of visual design. 2^a Ed. - London: Routledge, 2006.

Mbembe, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 Edições, 2016.

Moura, Danusa Balthazar de Andrade. **Projeto:** Políticas Públicas de proteção animal e especismo institucional. Documento inédito, 2024.

Singer, Peter. **Ética prática.** 2^a Ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Sontag, Susan. **Diante da dor dos outros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Souza, Débora M. & Shimizu, Helena E. Bioética de proteção: fundamentos e aplicabilidade. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 9, n. 3, p. 426–439, 2013.

Submetido em: 08 de agosto de 2025

Avaliado em: 09 de setembro de 2025

Aceito em: 06 de outubro de 2025